
ECOLOGIA

Aline Ruzzante Casella



**Maternidade e Natureza:
Dominadores comuns?**

Rio Claro

2015

ALINE RUZZANTE CASELLA

MATERNIDADE E NATUREZA: DOMINADORES COMUNS?

Orientadora: Prof^a Dr^a Silvia Marina Anaruma

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de Ecóloga.

Rio Claro

2015

301.3 Casella, Aline Ruzzante
C343m Maternidade e natureza : dominadores comuns? / Aline
Ruzzante Casella. - Rio Claro, 2015
36 f. : il., figs., fots.

Trabalho de conclusão de curso (especialização -
Ecologia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de
Biociências de Rio Claro

Orientador: Professora Doutora Silvia Marina Anaruma

1. Ecologia humana. 2. Sistemas patriarcais. 3.
Mulher-mãe. 4. Meio natural. 5. Ecofeminismo. I. Título.

Dedico este trabalho às mães ancestrais,
às mães antepassadas, às mães Eliane e
Ida e ao meu filho Ângelo Radamés.

AGRADECIMENTOS

Gratidão por gestar, cuidar e conviver com o pequeno mestre, meu filho.

Por ser companheira e parceira sua, Renato.

Gratidão a família Casella, Ruzzante, Barbo, Ambrósio, Sarmiento e Neves. A família rio-clarense, a família sorocabana, a família Waldorf Micael.

Ao PJMais – Núcleo Araçoiaba pelas inspirações e por propiciar lindas transformações e quebra de paradigmas.

Modupé, Ile Omo Aiyê. Pelos intensos momentos de aprendizagem!

Ao Projeto de Extensão de Danças e Ritmos Brasileiros Oro-Ari e a todos os participantes. Vida longa a nós, da maneira que for!

A Sílvia, pelas boas risadas e descontração no desenvolver do trabalho.

Afirma-se –como axioma imutável- que as mulheres são socialmente inferiores, porque são naturalmente inferiores aos homens. E qual a prova disso? Que as mulheres são mães. [...] Isso é uma falsificação histórica natural e social. [...] A inferioridade da mulher é produto de um sistema social que causou e proporcionou inumeráveis desigualdades, inferioridades, discriminações e degradações. Mas esta realidade histórica foi dissimulada atrás de um mito da inferioridade feminina.

Evelyn Reed

RESUMO

Encontramo-nos inseridos em uma crise que afeta diversas dimensões da vida do planeta e imersos em uma sociedade pautada no ‘progresso’ civilizatório desenfreado que se utiliza da dominação como instrumento central. A percepção hegemônica atual se pauta no universo como um universo mecânico, no meio natural a puro serviço humano e na mulher inferiorizada, padronizada e subordinada ao homem. Este trabalho parte da necessidade de assinalar os mecanismos que dominam, excluem, padronizam e normatizam a maternidade como os mesmos que dominam a natureza e traçam a crise ecológica. Tendo como referencial teórico, o Ecofeminismo relaciona e interconecta os padrões de dominação da natureza como os mesmos que propagam a subordinação da mulher dentro de sistemas patriarcais. Utilizando como método a revisão bibliográfica não-sistemizada, a pesquisa traça paralelos entre movimentos feministas e ecológicos mostrando a maternidade como um foco a ser olhado cuidadosamente para termos uma quebra nos padrões atuais de desenvolvimento. Para melhor organização, registro do conteúdo e acesso às obras consultadas foram feitos fichamentos das mesmas com corpo contendo resumo, citações, transcrições e reflexões.

Palavras-chave: Mulher-mãe; Meio natural; Patriarcado; Ecofeminismo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ciclos naturais da mulher e a lua

Figura 2 – Movimento das Mulheres de Chipko

Figura 3 – Desmatamento e perda de biodiversidade

Fotografia 1 – Cuidados maternos e intergeracionais

Fotografia 2 – Violência obstétrica – Projeto 1 em 4

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Objetivo.....	12
1.2 Metodologia	13
2. DESENVOLVIMENTO.....	14
2.1 A Mulher Subjugada	14
2.2 Os Ecofeminismos e os Corpos Dominados	17
2.3 Colonizações e a Crise Ecológica	21
2.4 A Mãe.....	25
2.4.1 Naturalizações.....	25
2.4.2 Construções maternas na contemporaneidade.....	27
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33

1. INTRODUÇÃO

Encontramo-nos inseridos em uma crise que afeta diversas dimensões da vida do planeta e imersos em uma sociedade pautada no ‘progresso’ civilizatório desenfreado que se utiliza da dominação como instrumento central.

Os problemas sistêmicos recorrentes surgem de uma percepção obsoleta, uma constelação de concepções, técnicas e valores: um paradigma. Este é hegemônico e cartesiano, atual e pautado em um universo mecânico, na visão do corpo como máquina, no progresso imaterial ilimitado com tecnologia, no crescimento econômico, na natureza a puro serviço humano e na crença na mulher classificada a ser sempre inferior e subordinada ao homem e nas suas representações masculinas (CAPRA, 2006).

Já na década de 90, Guattari preconizou que a conversão da crise ecológica não aconteceria se a sociedade não enxergasse a dimensão planetária que ela se insere e não organizasse uma revolução política, social e cultural reorientando os objetivos de produção de bens materiais e imateriais (GUATTARI, 1990). Essa questão se torna essencial para analisar e interconectar a ruptura de paradigma por diversos estudos, eventos e movimentos.

O movimento feminista se encontra dentro desta ruptura, baseando-se em uma teoria militante que denuncia práticas e representações contrárias a emancipação a sistemas patriarcais de organização os quais orientam sistemas hierárquicos de poderes, abrindo espaço para oprimidos e suas mudanças sociais. Práticas e representações são denunciadas, como a divisão sexual do trabalho, da propriedade, dos bens, a estrita separação entre o âmbito público/político-privado/doméstico, e ao que é permitido as mulheres expressar, desejar e realizar em suas vidas. (SILIPRANDI, 2009)

A conversão da crise ecológica se encontra na mesma luta, partindo do pressuposto que a apropriação dos recursos naturais advém de uma construção social e que as alternativas a essa crise devem ser examinadas em conjunto com categorias de poder, exploração e sistemas de hierarquia (GUERRA et al, 2007). As relações de poder, orientadas pelo modo de produção capitalista, se dirigem à desumanização e destruição do planeta, padronizadas também por conotações ‘sustentáveis’.

As feministas, refletindo sobre a crise ecológica com linguagem própria, trazem o Ecofeminismo: um intento de abordar as questões ambientais nas categorias das mulheres, do

gênero, androcentrismo, patriarcado, sexismo, cuidado e etc. Este enfoque traria uma luz na problemática das mulheres e na problemática do meio ambiente (PULEO, 2008)

Na década de 70 rumo a 80 se vê emergir esse movimento. O termo foi cunhado pela primeira vez por Françoise D'Eubonne no livro 'Feminismo ou morte', porém, tomou outras proporções em lutas e protestos como em Seveso em 1976 na Itália e em Bhopal em 1984 na Índia devido à imensa contaminação por agroquímicos, em movimentos contrários à corrida nuclear como em Three Mile Island em 1979 (derramamento de líquido radioativo), em Chernobyl em 1986 (explosão nuclear) e a central nuclear de Wyl, na Alemanha.

Vemos, como uma preocupação feminista, a devastação da Terra e dos seus habitantes pelos guerreiros empresariais e a ameaça do extermínio nuclear pelos guerreiros militares. É a mesma mentalidade machista, que nos negava o direito aos nossos corpos e à nossa sexualidade, que depende de múltiplos sistemas de domínio e do poder de estado para obter o que pretende. (MIES E SHIVA, 1993)

A luta parte de um pressuposto comum: o domínio explorador entre o homem e a natureza e o relacionamento explorador e opressivo entre o homem e a mulher estão intimamente ligados. (MIES e SHIVA, 1993).

As ecofeministas enxergam o modelo de dominação patriarcal como protótipo de outros tipos de exploração e dominação: capitalista, industrialista, hierárquica e militarista. (CAPRA, 2006). Colocando a causa das diversas crises presentes e futuras no antropocentrismo e androcentrismo que delineavam as sociedades patriarcais, teóricas do ecofeminismo descrevem que sua superação resultaria em uma sociedade igualitária e não destruidora (PULEO apud SILIPRANDI, 2009), orientada numa igualdade política, econômica e social.

Elencadas por Puleo (2002), o ecofeminismo possui três tendências (que não excluem outras formas de ecofeminismos): o ecofeminismo clássico, o espiritualista do terceiro mundo e o construtivista, que serão explicitadas no trabalho.

A opressão e a submissão das mulheres surgem mesmo antes de sistemas econômicos exploratórios, assim como as formas de resistência das mesmas; mas é na conjuntura do capitalismo que intensificam as formas de dominação e da visão da mulher e da natureza como "coisa útil", de acordo com Angelim (2014), que estão sujeitas, em seus corpos, à opressão tecnocrata que este sistema proporciona. A mesma autora afirma a intolerância por

parte deste capitalismo patriarcal diante de outras culturas, espécies e até dos próprios seres humanos, julgando os subalternos e domináveis.

Eisler, 2007, traça dois importantes modelos com papéis claros dentro das relações de gênero, sistemas de crenças, estruturas sociais e econômicas: o modelo de dominação e o modelo de parceria. No primeiro modelo podemos citar elementos como autoridade, hierarquias de dominação, intolerância, o medo e a violência, atividades estereotipicamente associadas aos homens como mais incentivadas que culminam em relações de controle tidas como normais e desejáveis. Já no modelo de parceria, Riane cita a atenção cuidadosa e a não-violência como atributos de mulheres e homens, estrutural social igualitária, presença de confiança mútua, relações de respeito. (EISLER, 2007). Estas estruturas estão presentes desde o nascimento e são observáveis na educação do núcleo familiar ao contexto global.

Um modelo de dominação ainda em vigor é a relação colonial. Apesar da descolonização formal, centros ou metrópoles sobredesenvolvidas e as periferias subdesenvolvidas, homem e natureza, homem e mulher, áreas urbanas e rurais são exemplos dessa relação colonial.

O sistema econômico se baseia em um crescimento constante, na exploração e em divisões colonizadoras. Os custos ecológicos da produção industrial se manifestam sob a poluição do ar, envenenamento da água, distúrbios ecossistêmicos, extinção de espécies animais e vegetais, fragmentação de habitats entre muitos outros. São fertilizantes químicos, automóveis, lixo, mercadorias cada vez mais descartáveis, desejo pelo desnecessário, erosão cultural, escassez de um lado da balança que dão lucros incomensuráveis e se encontram dentro da universalização do sistema de produção e do estilo de vida dominantes.

Foucault, em seu termo Bio-política, inscreve um importante conteúdo sobre um 'gerenciamento da vida'. Existe um conjunto de tecnologias de saber-poder que conduzem a alimentação, a moradia, às condições de vida e espaços de existência do ser-humano. Estes saberes e poderes 'sustentam e conformam políticas e programas públicos, ênfases educativas, instrumentos de diagnósticos e modos de assistir mulheres-mães. (MEYER, 2005)

Essa mulher-mãe é um sujeito inserido na racionalidade globalizada, medicalizada e normatizada onde ela constrói seus laços familiares, educativos na lógica do controle, de

tecnologias que descrevem o desenvolvimento, na ‘gramática da probabilidade e do risco’, inscrita no mundo ao seu redor (MEYER, 2005).

A maternidade toma lugar emblemático na luta feminista e ecofeminista, uma vez que é um campo de subjetividades e de construções sociais, de sujeitos colonizados e de agentes transformadores, mas que antes foram transformados.

Quais discursos, forças e poderes, que conflitos se conectam para produzir, definir, posicionar e atualizar maternidades? Questões colocadas por Meyer (2005) em relação à politização da maternidade contemporânea, e que devem ser pensadas em conexão com a natureza. Quais discursos, forças e poderes, que conflitos se conectam para explorar, controlar, proteger e preservar a natureza?

Estas lutas combinam a defesa do meio natural com o protagonismo da mulher em busca de espaço, de expressão em busca de uma linha emancipatória e própria.

Como foi sucintamente apresentado, o referencial teórico que será utilizado para este trabalho será o Ecofeminismo. Este, que relaciona e interconecta os padrões de dominação da natureza como os mesmos que propagam a subordinação da mulher dentro de sistemas de organização patriarcais e seus poderes, será trabalhado em conjunto com referências da resistência feminista, marxismo, educação e cuidados maternos.

1.1 Objetivo

O trabalho tem como objetivo demonstrar que a dominação, exclusão, padronização e violência contra a maternidade, provêm da mesma origem que domina a natureza e orienta a crise ecológica.

Para entender a relação entre a dominação das mulheres e a dominação da natureza é imprescindível que se considere o sistema de gênero e a trajetória de representatividades da mulher e seus pontos marcantes, assim como na historicidade da usurpação da natureza.

Pensar nas mulheres como um todo ao desenvolver este trabalho pode parecer fora da realidade, assim como na inclusão de todos os biomas, ecossistemas e suas dinâmicas. No entanto, elaborar um pensamento articulado e sociológico acerca do patriarcado e das dominações antro e androcêntricas já é trilhar de alguma maneira um rumo para emancipação destes sistemas.

1.2 Metodologia

A pesquisa foi feita por meio de revisão bibliográfica narrativa acerca do tema, com breves reflexões, levando em conta estudos de Gil (2007). Para melhor organização registro e acesso foram feitos fichamentos contendo resumo, citações e reflexões.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A Mulher Subjugada

As antigas religiões visualizavam o universo como uma grande mãe. A geração, o dar a luz, a criação, a produção do leite, o sangramento, a lua e os ciclos naturais eram valorizados. A fertilidade da mulher era cultuada juntamente com a fertilidade da terra, o poder intrínseco da mulher era visto como grande e imprescindível: eram tempos de Deusas (religiões pagãs), da grande mãe e da igualdade.

Figura 1 – Ciclos naturais e a lua



Fonte: Alice Haibara, 2012

Alguns acontecimentos trouxeram o patriarcado em um âmbito crescente, o principal deles foi o advento do cristianismo e monoteísmo. A substituição da Deusa por um Deus teve início em marcos de guerra, em tomadas de território por culturas monoteístas e masculinas, surgindo um modelo de dominação nas relações sociais. A partir daí a organização se torna, de maneira crescente, hierárquica, autoritária e masculina. (EISLER apud ANGELIN, 2014).

A crença cristã, a partir da figura masculina e única de Deus, trouxe a figura mulher-Eva como pecadora e impura tratada nos atos bíblicos. A aparição da mulher a partir do corpo do homem, a audácia e a curiosidade feminina levando à queda do paraíso e maldições como a dor ao parir e a passividade da mulher ao homem definem a futura condição feminina no contexto da teologia cristã (BADINTER, 1980).

Nos textos de Santo Agostinho, século IV, a mulher é ‘Um animal que não é firme, nem estável, odioso, que alimenta a maldade... Ela é fonte de todas as discussões, querelas e injustiças’ (BADINTER, 1980).

Afastando-se das origens pagãs, as mulheres distanciam-se do conhecimento do próprio corpo e do conhecimento da natureza, trazidas para o contexto da trindade masculina: Pai, Filho e Espírito Santo, e da caça às bruxas que durou do século XV ao século XVII (ANGELIN, 2014).

As bruxas eram as parteiras, curandeiras, assistentes, mulheres que ao verem seu espaço caçado e dominado, reuniram as suas próprias ‘seitas’ como forma de resistência e vivência, passando seus conhecimentos de mães para filhas.

(...) símbolos do mal e da violência da natureza, capazes de provocar tempestades, doenças, matar crianças(...). Por isso, as mulheres desordeiras assim como a natureza em desordem precisavam ser controladas (GEBARA apud ANGELIN, 2014 p. 1572)

O absolutismo do século XVI e XVII tinha como prisma central o poder absoluto da figura análoga Rei-Deus Pai em que “Os reis ocupam o lugar de Deus, que é o verdadeiro pai do gênero humano”, citado por Bossuet, pensador do absolutismo. No entanto, todas as relações expressas só funcionavam por outro agente vigilante que recaía na figura oculta da mulher-mãe, sempre intermediada pelo poder absoluto do Rei, da Igreja e das condutas absolutistas. Tal atenção à figura do homem era imprescindível para que se mantivesse a sociedade hierarquizada da época (BADINTER, 1980).

Do século XVII obtemos o Legado Aristotélico: o primeiro a justificar do ponto de vista filosófico a autoridade marital. Ela se torna legítima porque repousa sob a desigualdade natural entre os seres humanos onde há aqueles que mandam e aqueles que obedecem. Senhores e escravos, pais e filhos, homens e mulheres. Estas últimas eram dotadas, segundo a realidade social e familiar da época, de uma baixa capacidade de deliberação e sua virtude

repousava no obstáculo de obedecer e de manter um modesto silêncio. Era considerada uma personagem secundária na concepção e seu sangue e seu ventre eram matérias a que o esperma dava forma, segundo Aristóteles (BADINTER, 1980).

No século XVIII vemos uma mudança nas práticas das mulheres e mães, repercutidas pelo contexto de formação da vida privada e das políticas higienistas da época. O espaço privado coexistia com a lógica de que a mulher era naturalizada a ser cuidadora da família e provedora da ordem doméstica. O determinismo biológico sustentou a atribuição do ofício doméstico às mulheres, trazendo a essência cuidadora feminina, porém sob o cunho do patriarcado dominador. Neste biologicismo vinha o instinto materno, maternidade como destino natural de ser mulher (ANGELIM, 2014).

Em meados do século XIX e início do XX com a Revolução Industrial, a cidadania, os direitos civis, políticos e sociais passaram a ser aceitáveis. Dentro deste contexto vemos a primeira onda do feminismo, o movimento sufragista e linhas anarquistas e socialistas trazendo as lutas feministas. Porém, fazendo a engrenagem econômica e social funcionar, as mãos femininas foram transferidas para a indústria, principalmente na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Vemos então as duplas jornadas de trabalho, em casa e na produção industrial, a mulher proletária com condições de trabalho precárias e sem perspectiva de carreira (SILIPRANDI, 2009).

A crescente feminização da sociedade moderna, no entanto, não anulou formas de segregação - nem sempre sutis - da mulher por parte de uma racionalidade universal (SZAPIRO e FÉRES-CARNEIRO, 2002).

Desigualdades no acesso às condições para sobrevivência (propriedade, trabalho, poder político) na realização de projetos autônomos de vida (devido a manutenção de questões de gênero fortemente excludentes), na violência de gênero, nas jornadas, no tráfico de mulheres eram – e ainda são – padrões não superados e arraigados na constituição das subjetividades (SILIPRANDI, 2009).

No final dos anos 60 o movimento feminista se rearticula sobre relações de poder dentro das famílias e construção de subjetividades, orientado por Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, 1967, e surge A Segunda Onda do feminismo, onde já se vê uma crítica intensa ao modelo capitalista.

As diferenças de gênero constituídas nas bases iníquas do passado, se reforçam e remodelam em paralelo com novas estruturas do capital (FREITAS,2010).

A partir da década de 70 ocorre à intensificação do olhar acerca da postura utilitarista, do crescimento populacional, da degradação ambiental, de doenças e conflitos nucleares, ao mesmo tempo em que essas questões impactam na vida da mulher, mostrando claramente como estes problemas se interligavam. Surgem então os Ecofeminismos, originados das linhas radicais feministas onde a preocupação com a estrutura patriarcal se fazia de maior importância.

2.2 Os Ecofeminismos e os Corpos Dominados

Os primeiros ecofeminismos se formaram nesta conjuntura de confronto entre o crescimento econômico e corridas armamentistas e nucleares, guerra fria, crise ecológica e aumento populacional. Guerra, imperialismo, politização de questões como racismo, sexismo e posturas negligentes para com a natureza irão dar respaldo para o argumento ecofeminista de que as causas da crise multisetorial se encontrava o andro e antropocentrismo os quais organizavam as sociedades patriarcais.

No âmbito teórico, as principais representantes do ecofeminismo pertencem ao campo da Filosofia: epistemologia, história da filosofia, ética e história política. Movimentos sociais também fizeram parte da construção do ecofeminismo como o Movimento das Mulheres de Chipko na década de 70, onde se formou uma resistência indiana pacífica a fim de salvar da indústria madeireira, os bosques que eram fonte de subsistência das comunidades em Uttar Pradesh; o Movimento Greenbelt, em 1977, organização de mulheres no Kênia que tinha como preocupação a falta de água, a segurança alimentar, o desmatamento e a qualidade de seus solos, trazendo plantios e sementeiras como ação principal.

Figura 2 – Movimento das Mulheres de Chipko



Fonte: World Rainforest Movement *apud* Vandana Shiva, 2015

Além destes, os protestos em Bhopal, Seveso, Three Mile Island já citados, formam o contexto de lutas ambientais da época.

Essas lutas combinavam defesa do meio natural com a demanda de protagonismo das mulheres nas decisões sobre seu território e contribuíram para enriquecer o conjunto de lutas feministas mostrando outras faces da opressão das mulheres decorrente das consequências das políticas de desenvolvimento que não estiveram nos países desenvolvidos (SILIPRANDI, 2009 p. 75).

Siliprandi (2000), de maneira simplificada, enxerga alguns princípios gerais do ecofeminismo perante alguns pontos de vista: o econômico, político e científico.

Sob a visão econômica, existe compatibilidade entre as formas como o ocidente hegemônico vê a mulher e a natureza: como uma fonte inesgotável e ilimitada de recursos, que devem ser explorados e descobertos a fim de suprir a acumulação de capital.

Sob a visão política, critica-se a dualidade mulher-natureza e homem-cultura, argumento que constrói uma hierarquia entre a cultura e a natureza – em que as práticas humanas são superiores as da natureza e que assim devem se submeter aos interesses exploratórios da matéria humana - e uma analogia a relação homem-mulher – em que a mulher e suas condições intelectuais e primitivas devem submeter-se ao varão masculino.

Já sob a visão científica, a crítica da autora adentra a exclusão da mulher e suas representatividades do campo da ciência e da pesquisa, onde seus conhecimentos e práticas foram excluídos e subjulgados.

Ainda construindo uma amplitude na visão da historicidade do movimento, algumas tendências foram elencadas por Puleo (2002, 2004), mas que não excluem outras formas de ecofeminismos: o ecofeminismo clássico, o espiritualista do terceiro mundo e o construtivista.

O primeiro coloca características femininas como: a ética em relação a outros seres, a predisposição a solidariedade, a maternagem e a conservação em conflito com características masculinas como a predisposição à competição e a destruição e elenca a obsessão masculina pelo poder como orientador do mundo, as guerras e ao envenenamento planetário. É tido como essencialista, trazendo essas concepções a características essenciais ao gênero.

É inicialmente desenvolvido por Mary Daly, cuja obra ‘Gyn/Ecology: The Metaethics of Radical Feminism’ de 1978, abre um campo de discussão acerca das terapias ginecológicas alternativas e a necessidade de retornar a mulher ao seio do seu próprio corpo. Junto com outras companheiras, constrói o argumento de que o corpo feminino e suas diferentes funções possuem uma capacidade particular de resistência ao tecnopatriarcado. No entanto, Daly mantém inspirações no tradicional dualismo de gênero (oposições entre as características femininas e masculinas) o que provê um caráter essencialista para a tendência.

O ecofeminismo espiritualista surge na década de 80 e tem influências da Teologia da libertação na América Latina e nos princípios orientais de Ghandi (força da verdade e não violência). A sua práxis é orientada pelo tecer do Terceiro Mundo, onde as primeiras vítimas – mulheres - do ‘mal-desenvolvimento’ foram as primeiras a se organizarem, denunciarem e oferecerem resistência ao mesmo. Assinala que o mecanismo reducionista da modernidade ocidental desenvolvidos entre o século XV e XVII e que se expandiu e colonizou o mundo, estrangulou e continua a estrangular a liberdade das mulheres e a natureza, causando também um desencantamento do mundo. Faz parte dele o Movimento das Mulheres de Chipko, na Índia, liderado por Vandana Shiva e na Teologia da Libertação, da freira brasileira Ivone Gebara.

Vandana Shiva trás uma ideologia sobre o conceito e o processo de liberação trans-gênero. Este pressupõe que a existência do gênero já afirma as dicotomias patriarcais, e está

baseado na recuperação do princípio feminino. Vandana, física nuclear por formação, critica intensamente o desenvolvimento ocidental e reforça que a relação da natureza com a mulher do terceiro mundo está ligada pela sobrevivência e dependência que esta tem com os bosques, águas, forrageio e solo (GONZÁLVEZ, 2010).

Ainda vemos faces de um ecofeminismo espiritualista vindo do Norte, representado por Charlene Spretnak, onde a espiritualidade se torna inspiração para as mulheres transformarem a realidade em que vivem, restituindo, de maneira semelhante, a corporeidade feminina e seu valor para um contato íntimo com a natureza e, por consequência, com seu corpo. Essa tendência recebe também forte crítica por trazer a relação mulher-natureza de maneira biológica e essencialista.

Já por último, o ecofeminismo construtivista coloca a relação mulher-natureza não no seio das características próprias do sexo feminino, mas em suas origens na responsabilidade da mulher na economia familiar, criadas através da divisão social do trabalho, da distribuição de poder e da propriedade, havendo a necessidade de reorientar as práticas em relação ao gênero e a natureza para uma efetiva transformação. As ecofeministas construtivistas mantêm a crítica na relação entre a dominação das mulheres e da natureza, porém na superação do essencialismo construído pelas ecofeministas clássicas.

De acordo com a linha construtivista especificamente de Karen Warren, nas sociedades ocidentais os marcos conceituais são marcos patriarcais. Quando se instaura um conceito de mulher, ou homem, por exemplo, um pensamento hierárquico-valorativo se instaura, pela própria construção da sociedade ocidental e seus sistemas de dominação (GONZÁLVEZ, 2010).

O ecofeminismo é um movimento pluralista que experimenta uma transformação juntamente com a evolução de sua teoria e prática (GONZÁLVEZ, 2010). Todas as linhas partem da idéia comum de que a subordinação da mulher e a destruição da natureza existem, estão relacionadas e devem ser abolidas. Assim, o presente trabalho não visa se apegar a nenhuma dessas tendências do Ecofeminismo, mas re-orienta os conteúdos e vivências de suas diversas pesquisadoras e ativistas, assim como de áreas afins, para pensar modos de fazer a maternagem, suas construções sociais e históricas no contexto de crise ecológica.

2.3 Colonizações e a Crise Ecológica

Assim como o gênero, a dominação da natureza também é uma questão de realidade histórica e social, de maneira que o debate acerca da opressão da natureza deve ser visto sob este prisma (GONZÁLVEZ, 2010).

Primeiramente devemos ver que a crise ecológica global é antes de tudo uma crise de valores e fruto de uma rede complexa de hierarquias e poderes fundamentalmente desequilibrada. (EISLER, 2007).

Não mais submetido às ordens da natureza, descobriu-se há quatro séculos, o próprio homem como modificador da mesma, encontrando as possibilidades de extrações e diferentes acessos aos recursos naturais. Os progressos da ciência e da tecnologia, pautados nos fundamentos fragmentados e exploradores de Descartes, dão respaldo para um crescimento econômico constante e para um sentimento de homem dono da natureza (LIPIETZ, 2002).

Assim, vemos como importante instrumentação de exploração, as colonizações que ocorreram durante os séculos XVI ao XVIII. Fenômeno decorrente da crescente mercantilização que marcou a transição entre o feudalismo e o capitalismo e é provocada pela ânsia de expansão do capital e a alimenta. O campesinato é expropriado de sua terra e assim forma-se a acumulação primitiva necessária que possibilitou a Revolução Industrial.

A monocultura, as grandes propriedades e a utilização do trabalho compulsório são consequências dessa face mercantil que marcou essa colonização dos trópicos e mais que isso a dimensão expansiva do capital, desenhadas por uma burguesia mercantilista e por formações patriarcais (senhor, família, agregados e sua mão-de-obra escrava).

Segundo Rosa Luxemburgo, o colonialismo é uma condição permanente e necessária para o crescimento do capitalismo: sem as colônias, a acumulação de capital ficaria reduzida a pó (REED, 1980).

O posterior desenvolvimento industrial da Europa Ocidental - calcado na ocidentalização de categorias econômicas de produtividade, crescimento e necessidades humanas- necessitava da ocupação permanente das colônias e da destruição das economias naturais locais.

Um dos primeiros economicistas clássicos, James Martland, em 1804 já fez a contraposição entre valores de uso e valores de troca. Explicava que a riqueza pública consistia em valores de uso, que como água e ar, sempre existiram em abundância, enquanto que as riquezas privadas eram baseadas em valores de troca que demandavam escassez. O primeiro faz referência aos usos ligados às necessidades humanas fundamentais e aos requisitos de produção em geral, já o segundo, ao lucro e a concentração (FOSTER, 2012).

Com toda a sua mesquinhez, a produção capitalista desperdiça completamente material humano, assim como para distribuir seus produtos através de troca, em sua forma de competição, desperdiça também recursos materiais, assim quem perde é a sociedade (riqueza pública) e quem ganha é o capitalista individual (riqueza privada) (MARX apud FOSTER, 2012 p. 92).

Assim, o modo de produção entre o amadurecimento de mercantilização e a natureza, não vale mais o que proporciona ao desenvolvimento coletivo das capacidades e necessidades humanas, mas o que é possível de rentabilizar nos mercados financeiros. Desta forma, no modo de produção capitalista com hegemonia da burguesia financeira monopolista, a mercadorização torna elementos da natureza como ‘esferas de valorização’ (AGUIAR e BASTOS, 2012).

Assim se fez a recolonização, movida por ânsia por poder, ganância e violência, como na colonização do século XVI, não mais se colonizava as ‘terras-vazias’, mas as ‘vidas-vazias’ em termos de biodiversidade e recursos naturais (MIES e SHIVA, 1993).

No desenvolvimento dos agroecossistemas também se vê explicitamente a lógica produtivista com o máximo de exploração da terra. Intermediando as práticas agrícolas encontram-se as multinacionais as quais fomentam a contaminação dos solos e águas pelo uso de agroquímicos, o corte de matas nativas e suas interações ecológicas e a dependência dos sistemas de patentes de sementes, retirando a sabedoria campesina dos ciclos de plantio/colheita, manejo, relação com as sementes crioulas, etc. A modernização do campo trouxe então a colonização pelas multinacionais e a propagação rural das ‘vidas-vazias’.

Figura 3 – Desmatamento e perda de biodiversidade



Fonte: UBERTI, 2010

Marx, em seu termo ‘Fratura metabólica’, pode explicitar o distanciamento entre ser humano e natureza. Para ele, ambos em seus funcionamentos estariam formando uma unidade metabólica, mas que sobre o desenvolvimentismo, estariam fadados a serem separados e antagonizados em uma relação de exploração e opressão de um sob o outro (FREITAS et al, 2012).

[...] desenvolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantêm suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como também separá-los entre si, individualizando-os, o que envolve uma nova configuração societária, a capitalista e, portanto, mercantil [...] (PORTO-GONÇALVES apud FREITAS et al, 2012 p. 895).

Entende-se que o modo de produção capitalista sempre causou a devastação ambiental, mas um conjunto de sintomas e manifestações insustentáveis iniciadas há três décadas pode definir o que hoje vivenciamos como a crise ecológica. São desmatamentos, redução da biodiversidade, exaustão e contaminação dos solos, águas e mares, uso exacerbado de pesticidas no alimento que consumimos, uso exploratório da água, da quantidade exorbitante de lixo e de multinacionais – ainda que mascaradas pelo desenvolvimento sustentável – que exploram a diversidade cultural e natural, todas que participam do processo de produção e consumo a infringir a natureza.

Este sistema capitalista patriarcal mundial nasceu, cresceu, edifica e se reproduz na colonização de povos pobres, estrangeiros, camponeses, de mulheres, de suas terras, de suas forças de trabalho e na exploração dos recursos naturais. Para além, as nações enriquecem da divisão internacional do trabalho e na exteriorização dos custos econômicos, sociais e ecológicos dos países industrializados para aqueles colonizados do sul, seus ambientes e suas populações (MIES e SHIVA, 1993).

A degradação ambiental e os desastres socioambientais ocorrem, portanto, em segmentos, formações sociais e ecossistemas naturais que foram explorados pelos países capitalistas industrializados. Trata-se de uma questão social que expõe uma pessoa, comunidade ou país de se antecipar, planejar, sobreviver e recuperar-se de um desastre ambiental (MARX apud FREITAS, 2010).

As relações de gênero e os desastres socioambientais são socialmente construídos sob a influência de fatores econômicos, políticos, culturais, sociais e sob condições geográficas complexas que refletem condições singulares e particulares para as mulheres e para os homens, a depender das condições de classe, raça/etnia e gênero (FREITAS, 2010).

Na lógica deste sistema, os custos para a saúde, proveniente das conseqüentes poluições e sintomas da crise ecológica, devem estar onde eles são menores devido à mortalidade e morbidade aumentada, que são países com custos salariais mais baixos (SUMMERS apud AGUIAR e BASTOS, 2012).

Ainda, este modo de produção é marcado por um ciclo infundável de superconsumo, de desejo por um elevado padrão de vida material que não coincide com uma elevada qualidade de vida e que legitima o crescimento constante e o modelo de acumulação da sociedade industrial moderna, um desenvolvimento catching-up. Desenvolvimento em que o progresso ao estilo ocidental seria possível para todos, desenvolvimento aos moldes dos países colonizadores é tido como referência e sempre buscado pelos colonizados, mas que se mostra um jogo sempre perdido (MIES e SHIVA, 1993).

O capitalismo monopolista, após a fase concorrencial do modelo, investiu e investe grande parte do esforço de consumo em marketing. Douglas Dowd afirma que este é o mais eficiente e o mais desperdiçador sistema produtivo da história onde a maior parte do que é pago por um produto não mais é advindo da produção, mas da atratividade que é o produto

pode ofertar (FOSTER, 2012). Não mais acumulamos os produtos e o apego da matéria se torna fugaz, um ‘paradoxo da materialidade’ causado pela obsolescência. Hoje podemos dizer que grande parte desses produtos são supérfluos e que carregam imensos custos a saúde e ao meio ambiente, assim como à estrutura social a qual nos inserimos.

Desta maneira, muitos veículos trazidos por esse desenvolvimentismo são ferramentas para firmar certas condutas, práticas e relações que alimentam a continuidade deste sistema patriarcal de exploração.

Os modos de fazer, sentir e pensar se encontram desconexos e construídos e educados para assim estarem. Como as práticas maternas contemporâneas, que dissociadas das práticas coletivas de cuidados, são informadas e se encontram em um ciclo de risco, vulnerabilidade e incapacidades.

2.4 A Mãe

2.4.1 Naturalização

O pensamento patriarcal que designa o espaço reprodutor à mulher é um biologiscismo que não se justifica no *Homo sapiens*. Espécie ainda que animal, antropológicamente se distanciou ao elaborar a instrumentação do cotidiano, produzir, cultivar, domesticar. Fomos formados e transformados pela atividade produtiva e libertados por forças sociais que nos liberaram de nossa estrutura biológica. (REED, 1980). Porque ainda, sob este determinismo biológico, vemos a mulher atada às atividades de procriação e criação meramente por sua existência?

As mulheres nas sociedades primitivas, antes de serem corpos domésticos, foram as primeiras mantenedoras e criadoras da organização social, trabalhavam a botânica, a medicina e astrologia, produziam na agricultura, na construção de moradias, na curtição do couro, na cerâmica e no acesso ao fogo. Passaram a serem produtoras por saberem organizar e dirigir trabalhos cotidianos, atividades ligadas à procriação e a criação dos filhos. Para Marx e Engels o papel da mãe se torna decisivo não só pela função procriadora, mas pelo fato da maternidade ter o poder de impulsionar o trabalho e assim, fundar o primeiro sistema social.

Afirma-se –como axioma imutável- que as mulheres são socialmente inferiores, porque são naturalmente inferiores aos homens. E qual a prova disso? Que as mulheres são mães. [...] Isso é uma falsificação histórica natural e social. Não é a natureza e sim a sociedade de classes que rebaixou a

mulher e elevou o homem. [...] A inferioridade da mulher é produto de um sistema social que causou e proporcionou inúmeras desigualdades, inferioridades, discriminações e degradações. Mas esta realidade histórica foi dissimulada atrás de um mito da inferioridade feminina. (REED, 1980 p. 35)

Para Evelyn Reed em *Sexo contra Sexo, Classe contra Classe* (1980), a queda da mulher – opondo-se a visão bíblica – ocorre na criação da propriedade privada da família e do matrimônio. A queda refere-se à perda da força da mulher, em que as atividades de produção eram feitas de maneira coletiva entre as próprias mulheres, passaram a ser feitas em lares separados e de maneira dispersa.

Fotografia 1– Cuidados maternos e intergeracionais



Fonte: Bruna Gianonne, 2015.

Foram introduzidas novas forças sociais as quais minaram e destruíram relações coletivas introduzindo um novo sistema baseado na propriedade privada, na família e no estado. A diligência era dada aos reis-sacerdotes, nobres e guerreiros e assim se constituíram os impérios patriarcais (REED, 1980).

Antes do século XVIII a família européia vivenciava a maternidade de maneira distanciada e havia figuras e instituições como amas-de-leite, lacaios, governantas, internatos, asilos e o próprio casamento, futuramente, que intermediavam a criação, cuidado e a relação entre mãe e filhos. Os cuidados com a primeira infância eram ínfimos e a mortalidade dos nascidos vivos era aumentada, assim como infanticídios e abandonos. O pai era figura central, e os casamentos tinham caráter político e econômico.

No entanto, no fim do século XVIII instaura-se outra mentalidade, onde a produção de seres humanos devia atender a riqueza das nações e seus acúmulos. Moralistas, administradores, médicos higienistas apropriam-se de um discurso de exaltação ao amor materno, ao mesmo tempo natural e social favorável às problemáticas da sociedade. Recriam convencimentos sutis e liberais para a maternidade modificando rotinas e posicionando maternidades nas atividades de cuidado dos filhos e principalmente da amamentação em prol de um dever patriótico (BADINTER, 1980).

A mulher durante os séculos XVIII e XIX estava inserida em uma transformação de papéis e encerrada nos serviços domésticos, na nutrição dos filhos pelo aleitamento materno e na sua educação, tanto em classes abastadas – que reproduziam uma economia disciplinar do corpo - quando nas classes populares – apoiadas por políticas intervencionistas que desarticulavam as redes de relação e troca de favores entre as famílias. Em ambas, as medidas higienistas eram colocadas por médicos que adentravam a nova família nuclear e sua vida privada e diminuía a autonomia de ação da mãe (MOURA, 2004 e GRADVOHL et al., 2014).

O relacionamento entre mãe e filhos pautado na disciplina, restrito a espaços privados e fragmentados e as medidas de exaltação à maternidade foram representações recentes na história ocidental e construídas por discursos filosóficos, médicos e econômicos no contexto do liberalismo (MOURA, 2004).

O capitalismo – como último estágio da sociedade de classes- engradece então a individualização e enfraquece e distorce o grande potencial produtivo da mulher e das formas de maternagem. Não executar as tarefas impostas pelas políticas higienistas da época era visto como anormalidade e contrário a natureza da mulher e assim a mãe herda o legado doméstico criticado mais a frente por movimentos feministas e remodelado na contemporaneidade.

2.4.2 Construções maternas na contemporaneidade

Já no século XX questiona-se o papel doméstico da mulher e assim, surgem feminismos que reposicionam a maternidade onde ‘não se nasce mulher, mas torna-se mulher’ (BEAUVOIR, 1967). Em um primeiro momento do movimento feminista desta época, se recusa a maternidade e a define como um defeito natural da mulher. Já em um segundo momento, se valoriza o poder único e criador que mulher-mãe possui. No terceiro momento

atribui-se a dominação mulher como um atributo social e contextual da maternidade com olhares antropológicos (SCAVONE, 2001).

“Não se nasce mulher, torna-se mulher” pensamento da filósofa existencialista Simone de Beauvoir foi explicitada no ensaio *O segundo sexo*, 1967, sendo uma âncora para desconstruir a essência feminina e para indagar a ‘feminilidade’ construída. Emma Siliprandi, 2009, levanta os questionamentos de Beauvoir quanto à maternidade como projeto de vida que as excluiu da transcendência e liberdade. As mulheres, sob a opressão masculina, teriam ficado na perpetuação da vida, sem ocuparem-se de um projeto próprio.

O fenômeno crescente da urbanização e as transformações produtivas em escala internacional resultaram em mudanças nos arranjos familiares, relações de gênero, expressões da sexualidade, afetos e na vida privada das mulheres e sua relação com a maternidade (SCAVONE, 2001). A incorporação massiva da mão de obra das mulheres, a disseminação do controle neomalthusiano e suas conseqüentes tecnologias são marcos importantes destes fenômenos.

Ainda que como um ponto de apoio para o livre exercício da maternidade, os métodos anticonceptivos, as práticas cirúrgicas, a alocação de recursos públicos para socialização com o cuidado com as crianças e a efetivação das leis trabalhistas se apresentam no desencadear do século, mas ainda monopolizados pelos poderes hegemônicos – masculinos, burgueses, brancos e ocidentais (REIS, 2008).

D’Eaubonne, a primeira a cunhar o termo Ecofeminismo, na década de 70 trouxe duas grandes preocupações da época: a superpopulação e o esgotamento de recursos. De 1800 a 1950 a população mundial cresceu 2.6%, enquanto que de 1950 a 1960 houve crescimento de 35% (D’EAUBONNE apud GONZÁLVEZ, 2010). O controle populacional tinha se tornado questão de segurança internacional e sob a máscara Neomathusiana, a diminuição da taxa de natalidade tornou-se ferramenta de controle do patriarcado que recaía nos corpos das mulheres e suas crias (SILIPRANDI, 2009).

A era da tecnologia trouxe as TRs, Tecnologias Reprodutivas que possibilitaram o rompimento e modificação das variáveis da concepção e contracepção trazendo complexas relações com a maternidade.

A biotecnologia e as tecnologias médicas emergem a partir do desenvolvimento industrial, visando modificar recursos vivos criando patentes, investindo em engenharias genéticas (MIES e SHIVA,1993). Com seu crescimento a mulher tem possibilidade de escolha, de engravidar, de fazer um parto cirúrgico, aborto ou esterilização (SCAVONE, 2001).

Para diminuir a taxa de natalidade, incentivar uma indústria emergente de medicamentos e medicalizações, atender ao mercado de trabalho e aos interesses do patriarcado capitalista lhe são impostas essas tecnologias.

Esterilizações massivas na Índia, distribuições indiscriminadas de anticoncepcionais no Brasil suportado pelo governo norte-americano, esterilizações no nordeste brasileiro em troca de voto na década de 80 foram exemplos de armas de poder e controle sob as mulheres constatadas por análises do Committee of Women, Population and the Environment (SILIPRANDI,2009).

A medicalização do nascimento é um dos fenômenos da industrialização. Protocolos, normas, intervenções cirúrgicas e desnecessárias, cesarianas, desrespeito ao ciclo e momento único do parto e suas manifestações, medicações, anestésias e sedativos, monitoração eletrônica são alguns exemplos das práticas rotineiras que cresceram com a industrialização do parto (DOMINGUES, 2012). Para Lansky, 2011, a artificialização do nascimento passa a ter um valor, incentivando todo o tipo de exploração mercadológica’.

A partir da revolução industrial a perda de mão de obra se tornou inaceitável e as práticas de cuidado à saúde do trabalhador e trabalhadora se fortaleceram de modo a assegurar a reprodução e a reposição daqueles doentes ou mortos no contexto industrial, e assim se estabeleceram as práticas institucionalizadas (SOUZA,2011).

A gravidez e o parto, na prática tecnológica institucional, tomam a forma de objeto de monitoramento que deve ser bem-sucedida sempre em acompanhamento de especialistas. A probabilidade do risco, herdada da reprodução de matéria humana, é sempre observada de modo a manter a mulher e seu feto controlados pelas intervenções médicas.

Os ambientes, criados pela ‘cultura médica’, podem auxiliar assim como perturbar os processos fisiológicos que permeiam o nascimento. A liberação de hormônios coordena essas

oscilações e podem ser influenciadas por linguagem direta e racional, luzes fortes, privacidade, acolhimento e outros elementos que permeiam as práticas hospitalares.

Assim, a fisiologia do parto e a cultura de parir baseada na rede de mulheres e no conhecimento empírico por elas estabelecidos são apropriados por uma indústria e vendida à elas a custos financeiros e psicológicos altíssimos. As intervenções médicas e as imposições de práticas para sustentar a conveniência dos profissionais e do serviço de saúde tornam-se rapidamente casos de violência obstétrica.

Hotimbky et al. (2013) registraram uma pesquisa sobre a violência institucional nacional, efetuada pela Fundação Perseu Abramo em 2010. Foram entrevistadas mulheres que tiveram filhos naturais na rede pública ou privada sobre violências e maus-tratos sofridos durante o atendimento ao parto e um contingente de 25% declarou ter sofrido algum tipo de violência obstétrica (p. 221).

A violência obstétrica implica em violações de direitos humanos, como o direito a integridade corporal, à autonomia, a não discriminação, à saúde e a garantia do direito aos benefícios do progresso científico e tecnológico. A necessidade de informação e formação das mulheres em multiplicadoras sobre o tema é a forma existente para prevenir e erradicar a violência obstétrica. (ASSOCIAÇÃO ARTEMIS, 2014).

Fotografia 2– Violência obstétrica – Projeto 1 em 4



Fonte: Carla Raider, 2013.

Pensando nos modos de ser e fazer, a mãe ou gestante encarna o papel do cuidado do imaginário da sociedade ocidental por intermédio da generalização do feminino. Desta maneira vemos uma postura de ‘maternidade intensificada’, segundo Hays (2008) em que uma enorme quantidade de tempo, energia e dinheiro (educação) deve ser dispendida pela mãe em um projeto de vida (ROHN e SCHEWENGBER, 2010).

Ela deve ter uma gestação equilibrada, regulada, controlada e saudável, com consultas pré-natais em dia. Ser disciplinada, cuidadora de seu corpo e de seu bebê, o qual deve estar na linha mediana de desenvolvimento, peso, tamanho para ser ‘normal’. Ser realizadora de si mesma, atingir a saúde e o corpo perfeito, pregados por uma sociedade narcísea. A construção de noções normatizadas tem uma relação profunda com o modo de vida urbano e moderno, no qual cada indivíduo deve mostrar aquilo que é/tem, mostrar um corpo controlado e saudável e uma mãe ideal (ROHN e SCHEWENGBER, 2010).

A normalização das condutas da espécie ao regradar, manipular incentivar e observar fenômenos ocorrem então pela própria gestão da vida do corpo social, na atuação de um poder implícito nas taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das grandes cidades, o fluxo das infecções e contaminações, a duração e as principalmente nas condições da vida.

A forte coerção estrutural em que se desenvolve a vida das mulheres se apresenta para boa parte delas como imagem de um comportamento livremente desejado e escolhido (AMORÓS;DE MIGUEL apud SILIPRANDI,2009 p.65).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maternidade pode ser abordada como um símbolo de opressão, como um símbolo de idealização feminina, como um símbolo de unificação e estruturação familiar, mas podemos compreendê-la como um símbolo construído cultural histórico e politicamente, resultado das relações de poder vigente em sua prática. O corpo não é uma realidade fixa e as ações são moldadas pela mulher em sua situação, em sua experiência própria.

Mesmo partindo do pressuposto de que o patriarcado é um sistema anterior ao capitalista e que houve, anteriores ao capitalismo, formas de divisão do trabalho entre homens e mulheres, é na conjuntura da sociedade salarial que a força de trabalho é vendida como mercadoria e se impõe sobre a organização da vida cotidiana.

A propagação da relação de coerção do patriarcado capitalista sobre a mulher é contínua e naturaliza comportamentos, desejos e posturas na ‘essência feminina’. Usurpa o seu grande potencial de criação e produção em suas formas coletivas e não individualistas e só ocorrerá uma efetiva emancipação da natureza e da mulher quando se re-substanciarem as estruturas sólidas capitalistas e patriarcais que são reproduzidas pelas vias sociais, culturais, econômicas e políticas.

Tirar o envolvimento das culturas locais e seus conhecimentos, apropriar-se dos elementos naturais e torná-los esferas de valorização prontas para a mercantilização é também ação do patriarcado-capitalista. E assim como o livre usufruto que ele tem sobre a mulher na contemporaneidade, as diversas ocupações e explorações do ser humano em sua forma tecnocrata nas águas, ares e solos com todas as biodiversidades se mostram na raiz deste sistema catching-up desenvolvimentista onde cada etapa – extração, produção, transporte, consumo – não se mede esforços na sobrecarga do Planeta Terra.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. *Revista eletrônica Direito e Política*. Itajaí, v.9, n. 3, p. 1569 - 1597, 2014.

ASSOCIAÇÃO ARTEMIS. Carta à Dilma Roussef - Cirurgia Cesariana determinada por Ordem Judicial – Violência Obstétrica. São Paulo, 2013. Disponível em <http://artemis.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Den%C3%BAnica-Adelir-PRESID%C3%8ANCIA-DA-REP%C3%9ABLICA.pdf>. Acesso 23 de setembro de 2015.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo – 2 A experiência vivida*. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

CAPRA, Fritjof. *Ecologia Profunda - Um novo paradigma*. In: _____. *A teia da vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos*. 1ªed. São Paulo: Culturix, 2006.

CUNHA, André Moreira. *A colonização e o desenvolvimento capitalista do Brasil*. Disponível em <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosdidaticos/textodid14.pdf>. Acesso 07 de julho de 2015.

DOMINGUES, Maira. *Reflexões sobre ecologia e parto*. Trabalho de conclusão de curso. Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, 2012.

EISLER, Riane. *O poder da parceria*. São Paulo: Palas Athenas, 2007.

FIORIN, P.C.; PATIAS N.D.; DIAS A. C. G. Reflexões sobre a mulher Contemporânea e a Educação dos filhos. *Sociais e Humanas*, Santa Maria, v.24, n. 02, p.121-132, jul/dez 2011

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia da economia política marxista*. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 28, p 87-104, 2012.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. *A construção de uma agenda para as questões de gênero, desastres socioambientais e desenvolvimento*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 6, p. 889-899, 2010.

FREITAS, Rosana de Carvalho Matinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. *A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável*. *Revista Katál*, Florianópolis, V. 15, N. 1, p. 41-51, 2012.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar Projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONZÁLES, Georgina T. *Ecofeminismo para otro mundo posible*. *Revista Nomadías*, Madrid, v. 15, p 275-279, 2011.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. 19ª ed. Campinas: Papyrus, 1990.

GUERRA, L. D.; RAMALHO, D S.; SILVA, J. B.; VASCONCELOS, C. R. P.; *Ecologia política da construção da crise ambiental global e do modelo do desenvolvimento sustentável*. *Revista de Desenvolvimento Local*. Campo Grande. v. 8, n. 1, p 10-25, Mar 2007.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e Formas de Maternagem desde a Idade Média à Atualidade. Pensando Famílias, Campinas, v. 18, n. 1, p. 55-62, 2014.

HOTIMSKY, Sonia Nussenzweig; AGUIAR, Janaina Marques; VENTURI, Gustavo. A violência institucional no parto em maternidades brasileiras. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (org.). Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: Uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2013.

LIPIETZ, Alain. A ecologia política, solução para a crise da instância política. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930021553/2lipietz.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2015 às 15:30.

LANSKY, Sonia. Outras vozes: Por um novo modo de nascer no Brasil. In: Parteiros Caiçaras: relatos e retratos sobre parto e nascimento em Cananéia, SP. Magdalena, Bianca Cruz (org.). 1ª Ed. Londrina. Idealiza Gráfica e Editora. 2011.

MEYER, Dagmar E. Estermann. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. Gênero. Niterói. v.6. n.1. p.81-104. 2 sem. 2005.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. Ecofeminismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MOURA, Solange Maia Sobottka Rolim ; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. Psicologia Ciência e Profissão. Brasília. v. 24.n.1. P. 44-55, 2004.

MOREIRA, R.L.C.A; RASERA, E. F.. Maternidades: os repertórios interpretativos utilizados para descrevê-las. Psicologia & Sociedade. Belo Horizonte. v.22, n.3. P.529-537, 2010.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. O processo de industrialização – Do capitalismo Originário ao Atrasado. 1985. Tese – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

OLIVIERI, Alejandro; FLORIT, Luciano; A construção social da questão ecológica. Revista de Ciências Humanas. Florianópolis. v.14, n.19. p 55-65, 1996

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. Agricultura moderna e urbanização levam a perda da biodiversidade do solo. Disponível em <http://www.cidadessustentaveis.org.br/noticias/agricultura-moderna-e-urbanizacao-levam-perda-da-biodiversidade-do-solo>. Acesso em 23 de setembro de 2015 às 19:30.

PUBLIO DIAS,
<http://www.abolicionismoanimal.org.br/artigos/osprincipiosdoecofeminismo.pdf>, acessado em 27/01/2015 às 11:42.

PULEO, Alicia H. Feminismo y ecología. El ecologista, N. 31, 2002.
<http://cdd.emakumeak.org/ficheros/0000/0105/EIEcologista.pdf>. Acesso em 27/01/2015 às 17:00

PULEO, Alicia. Luces y Sombras de la teoría y la praxis ecofeministas. In: CAVANA, M.L.; PULEO, A.; SEGURA, C. (Coords.) *Mujeres y Ecología: historia, pensamiento, sociedad*. Madrid: Al Mudayna, p.21-34, 2004.

PULEO, Alicia, H. Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado. *Revista de Filosofía Moral y Política*. Madrid. v. 38, p.39-59. jan-jun, 2008

RAITER, Carla. Projeto fotográfico 1em4, 2013. Disponível em <http://carlaraiter.com/1em4>. Acesso em 23 de setembro de 2015 as 20:30.

REIS, Ana Regina Gomes dos. *Do Segundo Sexo à Segunda Onda: discursos Feministas Sobre a Maternidade*. 2008. 142 f. Tese. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ROHN, Denise R; SCHEWENGBER, Maria Simone V. Grupos de gestantes e uma produção da mãe cuidadosa e saudável. In: *Fazendo Gênero: Diásporas, diversidades e deslocamentos*, n°9, 2010, Porto Alegre.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos pagu*, v. 16. p. 137-150, 2001.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.1, n.1, p 61-71 Jan/Mar, 2000

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. 2009. 292 f. Tese - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

GIANONNE, Bruna. Fotografia de Bruna Simas, acervo pessoal. 2015. Disponível em <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1098548983493929&set=a.522431287772371.135665.100000165148812&type=3&theater>. Acesso em 23 de setembro as 20:00.

SOUZA, Regina M. Germinação, desenvolvimento e colheita da semente na mulher-terra: orientação de gestantes do SUS de Rio Claro sobre gestação e parto. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, 2011.

SZAPIRO, Ana Maria; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Construções do Feminino Pós anos Sessenta: O Caso da Maternidade como Produção Independente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 179-188 , 2002.

UBERTI, Fernando Jorge. Uberti. Disponível em http://grafar.blogspot.com.br/2010/01/serie-do-mes-desmatamento_25.html. Acesso em 30 de setembro de 2015 as 11:20.

WORLD RAINFOREST MOVEMENT. Aprendizagens do movimento Chipko na Índia: uma luta pelo feminismo e pela ecologia, 2015. Disponível em <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/nosso-ponto-de-vista/aprendizagens-do-movimento-chipko-na-india-uma-luta-pelo-feminismo-e-pela-ecologia/>. Acesso em 23 de setembro de 2015 as 19:15.